Nestlé

Good Food, Good Life

Relatório & Contas

Consolidadas

2013

Nestlé Portugal, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exmos. Senhores,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, o Conselho de Administração da Nestlé Portugal, S.A. vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão consolidado e as Contas consolidadas respeitantes ao período findo em 31 de Dezembro de 2013.

1. SITUAÇÃO MACRO-ECONÓMICA ENVOLVENTE

O ano de 2013 foi caracterizado por uma recuperação moderada nas economias avançadas (que cresceram 1,3%) e alguma desaceleração do crescimento das economias emergentes (4,7%), contrariamente ao que se passou nos anos anteriores.

Em 2013, continuou a verificar-se uma tendência de desaceleração do crescimento da economia mundial, com especial relevo da Índia, Rússia, China, mas também dos EUA.

Na área euro voltou a verificar-se um crescimento negativo, mas menor do que o verificado no ano anterior. Estas variações refletem a redução da procura externa, acompanhado de políticas económicas menos expansionistas, preços das matérias-primas mais baixos e receios em relação à estabilidade financeira de algumas economias.

Em Portugal, a partir do segundo trimestre de 2013 verificou-se um aumento do nível de atividade económica, interrompendo a tendência de queda verificada desde 2011. Apesar deste aumento, o PIB em 2013 diminuiu 1,4% em termo médios anuais, refletindo os efeitos resultantes do perfil de queda acentuada verificada em 2012 de 3,2%. A atividade económica em 2013 foi caracterizada por uma recuperação da procura interna a partir do segundo trimestre, em particular do consumo privado (-1,7%, após -5,3 em 2012) o que se traduziu num contributo de -1,1 p.p. para a variação do PIB em 2013. Destacou-se a evolução das despesas em bens duradouros, com um aumento de 0,9% em 2013, após a redução de 22,4% no ano precedente. As despesas em bens não duradouros e serviços voltaram a diminuir em 2013 (-1,9%), mas menos intensamente que em 2012 (-3,7%).

Em 2013, as exportações de Bens e Serviços aceleraram em termos reais, passando de uma taxa de variação de 3,2% em 2012 para 6,1%. Destacou-se o contributo da componente de Serviços,

em consequência do crescimento de 6,9% em 2013, após a variação de variação de 0,7% no ano precedente. As Exportações de Bens em volume cresceram 5,9% em 2013 (4,1% em 2012).

O emprego total para o conjunto dos ramos de atividade registou uma variação de -2,8% em 2013, traduzindo-se numa diminuição menos acentuada face à observada no ano anterior (-4,2%). Por sua vez, o emprego remunerado passou de uma redução de 4,9% em 2012 para 2,6%.

As taxas de juro associadas aos títulos de dívida pública portuguesa nas várias maturidades registaram, ao longo de 2013, uma tendência de redução. Em Dezembro, na maturidade a 10 anos, os valores ficaram próximos dos 6%, o valor mais baixo desde Dezembro de 2010.

Relativamente à evolução da inflação, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português, registou em 2013 uma taxa de variação média positiva de 0,4% (2,8% em 2012). Esta variação reflete a dissipação do efeito do aumento das taxas do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) sobre alguns bens e serviços, com destaque para as alterações introduzidas em janeiro de 2012 restauração onde o IVA aumentou de 13% para 23%.

2. ACTIVIDADE DO GRUPO

2.1. Empresas incluídas no Grupo Nestlé Portugal e actividade desenvolvida.

O universo das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo integrou, em 31 de Dezembro de 2013, as seguintes empresas:

	% de Participação
Nestlé Portugal, S.A.	Casa - mãe
Prolacto – Lacticínios de São Miguel, S.A.	100%
Cereal Associados Portugal, A.E.I.E.	50%

Durante o ano de 2013, foi dada continuidade à nossa missão de contribuir para um mais claro relacionamento de todas as empresas com os clientes e maximizar o valor do Grupo Nestlé em Portugal na perspectiva dos nossos Accionistas.

"*Reforçar a nossa Liderança no mercado da Alimentação em Portugal*", escutar os nossos consumidores, conhecer os seus desejos e responder às suas expectativas de forma rápida e eficaz constitui um dos nossos principais compromissos, de forma a ser reconhecida como a *"Companhia Líder em Nutrição, Saúde e Bem-estar"*.

Foi, igualmente, dado seguimento a importantes iniciativas que a empresa Nestlé Portugal, S.A. tem em curso, principalmente ao nível da optimização e eficiência de processos, adoptando as melhores práticas e adequando a estrutura organizativa, de modo a oferecer um serviço de excelência aos nossos clientes e consumidores, assegurando assim o seu futuro.

Uma gestão de rigor baseada na Comunicação com o Consumidor, Inovação e Renovação, Eficiência Operacional e Disponibilidade dos nossos Produtos tem sido o lema do Grupo Nestlé no mercado, com vista a alcançar os objectivos a que se propôs. Igualmente, a gestão europeia e ibérica de alguns negócios desenvolvidos pelo Grupo tem auxiliado ao reforço da dinâmica operacional, como resposta a um ambiente concorrencial agressivo.

O Grupo Nestlé em Portugal tem um compromisso estabelecido com a Criação de Valor Partilhado como agente responsável da sociedade em Portugal. Por esta razão, mais uma vez a companhia incrementou os níveis de investimento, criou emprego e manteve iniciativas de promoção e sensibilização acerca da importância da Nutrição e estilos de vida saudáveis. Do mesmo modo, reduziu os consumos de água e CO2 e lançou várias iniciativas enfocadas na reciclagem das embalagens dos seus produtos.

O ambiente geral de crise teve um impacto na evolução dos Negócios em 2013 devido a uma redução do consumo privado em Portugal. O corte nas remunerações diretas, nos subsídios e o aumento dos impostos diretos e indiretos, fizeram recuar o rendimento disponível das famílias, assistindo-se simultaneamente a um aumento histórico da taxa de poupança que provocou dificuldades acrescidas ao crescimento económico no sector alimentar.

Não obstante esta tendência, reforçou-se a estratégia de inovação e melhoria qualitativa dos produtos comercializados pela Nestlé Portugal, baseada na introdução de novos conceitos para as diversas categorias de produtos, com uma contínua aposta nas gamas de produtos Premium e também uma atenção especial aos produtos de gama económica denominados produtos "populares".

Esta estratégia de foco na Inovação e na Nutrição, bem como na promoção de ações e práticas de segurança e educação alimentar, cujos reflexos estão bem patentes na notoriedade das nossas marcas, constituíram o suporte fundamental da atividade da Nestlé em 2013, o que permitiu à Nestlé manter um bom desempenho.

De salientar ainda o contributo positivo do crescimento nas Exportações, na crescente absorção e optimização dos Custos Fixos de Fabricação, contribuindo assim para uma maior competitividade dos nossos produtos e respectivas fábricas.

A evolução da actividade em todo o Grupo foi positiva, tendo sido atingidos a generalidade dos objetivos estabelecidos no respetivo plano operacional, mantendo os níveis de rentabilidade num ano especialmente complexo pela relevante redução das vendas derivado da retração do consumo.

2.2. Política de investimentos

O Grupo continuou a desenvolver uma política de investimentos em linha com os objectivos definidos, com especial incidência nas áreas de Vendas e Distribuição, de Produção e das Tecnologias de Informação das diferentes empresas, que ascenderam a 14,4 milhões de Euros.

Na área de Produção, e pela importância que as fábricas desempenham na estratégia de desenvolvimento dos nossos produtos e marcas em Portugal, foram efectuados investimentos com o objectivo de dotar as fábricas do Grupo com os meios técnicos necessários às exigências da produção e qualidade atuais.

2.3. Performance de 2013

A recuperação da procura interna a partir do segundo semestre, em particular no consumo privado, teve um impacto positivo na evolução dos negócios em 2013.

Não obstante o continuo aumento dos impostos sobre o trabalho, o corte nas remunerações e nas pensões que fizeram recuar o rendimento disponível das famílias e o nível de confiança sofreu uma ligeira melhoria, embora continue em níveis muito baixos, assim como os níveis de desemprego que embora aumente menos que o ano anterior continuam em valores muito elevados.

Os resultados operacionais do Grupo atingiram o montante de 19.427 milhares de euros, contra 28.456 milhares de euros em 2012. A redução deste resultado deve-se fundamentalmente da devolução por parte do estado de 5,6 Mio Euros relativos a um processo pendente em tribunal.

Neste ambiente competitivo, salientamos que os resultados apresentados pelo Grupo Nestlé são claramente demonstradores da adequação das opções estratégicas delineadas e do excelente

trabalho desenvolvido por todos os seus colaboradores que, face ao enquadramento económico e financeiro adverso, souberam reagir proactivamente, atingindo, em geral, os objetivos de rentabilidade fixados pelo Grupo.

2.4. Volume de negócios de 2013

O volume de negócios consolidado das empresas do Grupo Nestlé em Portugal, durante o período de 2013, atingiu o montante de 456.923 milhares de euros, o que constitui um aumento de 6.704 milhares de euros comparativamente com o ano de 2012. Este resultado está em linha com o inicialmente previsto e reflete também a recuperação do poder de compra das famílias registada fundamentalmente no segundo semestre do ano.

3. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No âmbito da prossecução do seu objecto social e tal como aconteceu nos anos anteriores, no período de 2013 a o Grupo manteve em vigor os contratos de prestação de serviços celebrados com a sociedade Longa Vida – Indústrias Lácteas, S.A.

4. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2013, o Grupo Nestlé não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública.

5. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

Os resultados do Grupo Nestlé Portugal espelham a consistência dos critérios e princípios contabilísticos adotados durante o período e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), segundo o decreto - lei nº 158/2009, de 13 de Julho.

O resultado consolidado líquido do período, positivo, de 12.397 milhares de euros, representa um decréscimo de 8,5 Mio de euros face ao do período de 2012.

6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DO GRUPO

Apesar do ambiente de crise vivido em todo o mundo, o Grupo Nestlé tem sabido ultrapassar esta nova realidade, sem prejuízo dos seus colaboradores, do seu património, da qualidade que introduz constantemente nos seus produtos e, acima de tudo, sem descurar as necessidades básicas dos seus consumidores.

Esta é também a perspectiva do Grupo em Portugal, onde no ano 2013 celebrou o seu 90º aniversário. Somos cientes no entanto, que continuará a ser, para o sector alimentar, um ano de grande incerteza e complexidade, cujos resultados irão depender da evolução de crescimento do Produto, em particular do rendimento das famílias, da evolução do desemprego e do retorno a um clima de maior estabilidade a nível mundial.

O Grupo manterá a sua política de excelência, apostando no recrutamento de novos valores, na formação dos seus colaboradores, na sua motivação e satisfação, na conciliação da sua vida pessoal e profissional, na inovação e diferenciação dos seus produtos, com vista ao reforço da sua presença num sector tão competitivo como o alimentar.

O plano estratégico para o Grupo constitui a referência para o futuro que estamos empenhados em construir. Têm vindo a ser adoptadas nos últimos anos as decisões estratégicas e os investimentos que se entendem adequados, em particular com vista à diminuição dos custos (sem descurar os princípios basilares pelos quais a Nestlé rege a sua gestão), à modernização e eficiência dos serviços prestados aos nossos clientes e à melhoria contínua dos produtos que colocamos no mercado, tudo para maior satisfação dos nossos consumidores

O respeito pelo meio ambiente é uma prioridade do Grupo, desde há alguns anos conta com um sistema próprio de gestão (*Nestlé Environmental Management System – NEMS*), para unificar todas as suas actividades e medidas relacionadas com o meio ambiente. O *NEMS*, implantado em todos os centros de produção da Nestlé no mundo, é revisto periodicamente e constitui uma valiosa ferramenta para conseguir a progressiva certificação das fábricas de acordo com os requisitos da norma *ISQ* 14001.

Os resultados e a solidez financeira das empresas nos últimos anos indiciam que se continuarão a alcançar os objectivos traçados pelo Grupo. Acreditamos que os indicadores de crescimento e os resultados do Grupo Nestlé no próximo período se manterão positivos, como previsto no respectivo plano estratégico, promovendo a criação de valor para os nossos accionistas de uma forma duradoura e sustentada.

7. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Sociedade. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade do Grupo.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente.

A exposição do Grupo ao risco de crédito prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. O Grupo definiu uma política de crédito segundo a qual cada novo cliente é analisado individualmente do ponto de vista do seu risco de crédito previamente à sua aceitação como cliente.

Os ajustamentos para imparidade são estimados em função das perdas estimadas na carteira de clientes e outros devedores, tendo por base uma análise de cada uma das posições em aberto à data da análise.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que

permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes a sua cobertura junto do grupo.

É de notar que o Grupo possui uma linha de crédito negociada com uma entidade relacionada (Grupo Nestlé), gerindo a sua utilização em função das necessidades de curto prazo.

Risco de mercado

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os lucros do Grupo. Por sua vez, a procura está exposta a diversos fatores que contribuem para o seu carácter volátil, nomeadamente, a sofisticação ou grau de maturidade dos mercados, a estrutura concorrencial, a quebra do ritmo de desenvolvimento económico e alterações ao nível da conjuntura económica, bem como a apresentação no mercado de formas alternativas de disponibilização dos serviços fornecidos.

O Grupo encontra-se exposto a este risco na medida em que os mercados nos quais desenvolve a sua principal atividade se encontram bastante expostos às flutuações nos orçamentos familiares.

8. NOTA FINAL

A Administração agradece o contributo decisivo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da actividade do Grupo, designadamente Clientes, Fornecedores, Consultores, Instituições Financeiras e demais Entidades Públicas e Privadas.

O Conselho de Administração expressa ainda o seu reconhecimento a todos os Colaboradores da Empresa, cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados no período findo.

Linda-a-Velha, 14 de Abril de 2014

A ADMINISTRAÇÃO

Laurent Stéphane Rémy Dereux – Presidente
Jacques Alexandre Reber - Administrador Delegado
Gian Paolo Chiaia – Administrador
Harold Vincent Chistophe Humbert – Administrador
Luis Filipe Cardoso Rodrigues – Administrador
Silvia Escudé Blasi - Administrador

NESTLÉ PORTUGAL,S.A.
CONSOLIDADO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2013	31 Dezembro 2012
ATIVO NÃO CORRENTE:			
ativos fixos tangiveis	5	91.307.952	89.735.001
ativos intangíveis	6	957.029	1.032.131
Participações financeiras - outros métodos	7	101.412.502	101.412.502
Clientes	8	1.395.369	1.718.309
Diferimentos	9	11.094.183	9.614.580
ativos por impostos diferidos	10	2.141.014	2.851.767
Total do activo não corrente		208.308.048	206.364.290
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	11	29.324.769	29.440.528
Clientes	8	87.855.883	84.424.948
Adiantamentos a fornecedores	8	543.234	541.676
Estado e outros entes públicos	12	291.316	1.352.079
Outras contas a receber	8	1.190.862	1.806.671
Diferimentos	9	7.110.625	8.239.262
ativos financeiros detidos para negociação	13	52.259	-
Caixa e depósitos bancários	4	3.222.874	1.724.261
Total do ativo corrente		129.591.823	127.529.424
Total do ativo		337.899.870	333.893.714
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	14	30.000.000	30.000.000
Prémios de emissão	14	13.732.757	13.732.757
Reservas legais	14	6.000.000	6.000.000
Outras reservas	14	59.855	(751.973)
Resultados transitados	14	58.606.820	57.738.975
Excedentes de revalorização	14	7.075.521	7.050.242
Outras variações no capital próprio	14	(2.475.316)	(3.028.935)
		112.999.636	110.741.067
Resultado líquido do período		12.396.816	20.907.844
Total do capital próprio		125.396.452	131.648.911
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	15	3.922.276	3.665.131
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	16	3.731.697	5.265.221
Passivos por impostos diferidos	10	28.391.469	28.727.253
Outras contas a pagar	17	27.550	637.183
Total do passivo não corrente		36.072.993	38.294.787
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	18	63.939.876	61.870.719
Estado e outros entes publicos	12	15.564.653	11.430.241
Financiamentos obtidos	4 / 18	73.112.950	65.004.043
Outras contas a pagar	17	22.930.934	23.586.576
Diferimentos	19	9.267	763.069
Passivos financeiros detidos para negociação	13	872.746	1.295.368
Total do passivo corrente		176.430.426	163.950.016
Total do passivo		212.503.419	202.244.803
Total do capital próprio e do passivo		337.899.870	333.893.714

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2013.

Técnico Oficial de Contas
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Dereux
Jacques Alexandre Reber
Gian Paolo Chiaia
Harold Vincent Chistophe Humbert
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Silvia Escudé Blasi

NESTLÉ PORTUGAL,S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	20	456.923.111	450.219.560
Subsídios à exploração	21	50.000	104.801
Variação nos inventários da produção	11	2.816.506	2.377.738
Trabalhos para a própria entidade		86.700	281
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(241.006.657)	(235.592.676)
Fornecimentos e serviços externos	22	(117.975.547)	(113.960.845)
Gastos com o pessoal	23	(65.270.995)	(68.268.979)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	11	(162.443)	60.000
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	8	(100.207)	(1.459.864)
Provisões (aumentos / reduções)	15	(658.683)	(660.417)
Outros rendimentos e ganhos	24	8.647.762	13.905.616
Outros gastos e perdas	25	(11.897.692)	(7.890.415)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		31.451.854	38.834.800
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26	(11.296.827)	(10.378.439)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	5	(727.595)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19.427.433	28.456.362
Juros e rendimentos similares obtidos	27	24.412	32.993
Juros e gastos similares suportados	27	(443.513)	(605.801)
Resultado antes de impostos		19.008.332	27.883.554
Imposto sobre o rendimento do período	10	(6.611.516)	(6.975.710)
Resultado líquido do período		12.396.816	20.907.844

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Técnico Oficial de Contas
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Dereux
Jacques Alexandre Reber
Gian Paolo Chiaia
Harold Vincent Chistophe Humbert
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Silvia Escudé Blasi

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2013

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2013		30.000.000	13.732.757	6.000.000	(751.973)	57.738.975	7.050.242	(3.028.935)	20.907.844	131.648.911
										-
Alterações no período:										-
Ajustamentos por impostos diferidos	14	-	-	-	(292.700)		25.278	(211.054)	-	(478.475)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:	14	-	-	-	1.104.527	-	-	764.673	-	1.869.200
		30.000.000	13.732.757	6.000.000	59.855	57.738.975	7.075.521	(2.475.316)	20.907.844	133.039.636
Resultado líquido do período										-
									12.396.816	12.396.816
Resultado integral									33.304.660	145.436.452
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										-
Realizações de prémios de emissão										-
Dsitribuições	14	-	-	-	-	(20.040.000)	-	-	-	(20.040.000)
Entradas para cobertura de perdas										-
Outras operações	14	-	-	-	-	20.907.844	-	-	(20.907.844)	0
		-	-	-	-	867.844	-	-	(20.907.844)	(20.040.000)
Posição no fim do período 2013		30.000.000	13.732.757	6.000.000	59.855	58.606.820	7.075.521	(2.475.316)	12.396.816	125.396.452

Técnico Oficial de Contas

Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração

Laurent Stéphane Rémy Dereux
Jacques Alexandre Reber
Gian Paolo Chiaia
Harold Vincent Chistophe Humbert
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Silvia Escudé Blasi

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2012

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2012		30.000.000	13.732.757	6.000.000	(27.325)	57.738.535	7.017.828	(3.415.838)	20.960.441	132.006.398
Alterações no período:										-
Ajustamentos por impostos diferidos	14	-	-	-	261.267		32.414	(133.684)	-	159.997
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14	-	-	-	(985.915)			520.587	-	(465.328)
		30.000.000	13.732.757	6.000.000	(751.973)	57.738.535	7.050.242	(3.028.935)	20.960.441	131.701.067
Resultado líquido do período									20.907.844	20.907.844
Resultado integral									41.868.285	152.608.911
Operações com detentores de capital no período										
Dsitribuições	14	-	-	-	-	(20.960.000)	-	-	-	(20.960.000)
Outras operações	14	-	-	-	-	20.960.441	-	-	(20.960.441)	(1)
		-	-	-	-	441	-	-	(20.960.441)	(20.960.001)
Posição no fim do período 2012		30.000.000	13.732.757	6.000.000	(751.973)	57.738.975	7.050.242	(3.028.935)	20.907.844	131.648.911

Técnico Oficial de Contas

Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração

Laurent Stéphane Rémy Dereux

Jacques Alexandre Reber

Gian Paolo Chiaia

Harold Vincent Chistophe Humbert

Luis Filipe Cardoso Rodrigues

Silvia Escudé Blasi

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2013		2012	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		463.128.043		447.502.489	
Pagamentos a fornecedores		(363.787.209)		(354.635.325)	
Pagamentos ao pessoal		(65.266.191)		(71.824.101)	
Caixa gerada pelas operações		34.074.644		21.043.062	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(4.502.210)		(2.440.929)	
Outros recebimentos / pagamentos		(5.121.798)		(8.441.838)	
Fluxos das atividades operacionais [1]			24.450.636		10.160.295
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		(13.500.252)		(15.401.244)	
Activos intangíveis		-		-	
Investimentos financeiros		-		-	
Outros ativos		-	(13.500.252)	(2.323.869)	(17.725.113)
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		50.477		24.618	
Ativos intangíveis		58.622		-	
Investimentos financeiros		-		-	
Outros ativos		-		-	
Subsídios ao investimento		296.386		-	
Juros e rendimentos similares		24.412		21.117	
Dividendos	7	2.505.189	2.935.086	747.825	793.560
Fluxos das atividades de investimento [2]			(10.565.166)		(16.931.552)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		-		-	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-		-	
Cobertura de prejuízos		-		-	
Doações		-		-	
Outras operações de financiamento		-	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		-	
Juros e gastos similares		(455.764)		(608.040)	
Dividendos	14	(20.040.000)		(20.960.000)	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-		-	
Outras operações de financiamento		-	(20.495.764)	-	(21.568.040)
Fluxos das atividades de financiamento [3]			(20.495.764)		(21.568.040)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]			**(6.610.294)**		**(28.339.298)**
Efeito das diferenças de câmbio					
Caixa e seus equivalentes no início do período	4		(63.279.782)		(34.940.485)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4		(69.890.076)		(63.279.782)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Técnico Oficial de Contas
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Dereux
Jacques Alexandre Reber
Gian Paolo Chiaia
Harold Vincent Chistophe Humbert
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Silvia Escudé Blasi

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
Consolidado

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

31 de Dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Nestlé Portugal, S.A., ("Nestlé Portugal" ou "Empresa/Sociedade") é uma sociedade anónima constituída em Avanca em 10 de Março de 1923, com sede em Linda-a-Velha. A Empresa tem como atividade principal a fabricação, importação e comercialização de produtos alimentares. A Empresa é detida integralmente pela Nestlé España, S.A. com sede social em Avd. Paisos Catalons, 8950 – Esplugues de Llobregat, Espanha.

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo consolidado, são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo *Conselho de Administração*, na reunião de 14 de Abril de 2014. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de *Acionistas*, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O *Conselho de Administração* entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações consolidadas da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa consolidados.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1– Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Nestlé Portugal S.A., foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual. Aplicáveis ao período findo em 31/12/2013.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2013 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de Dezembro de 2012.

Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Nestlé Portugal, S.A. incluem as contas da subsidiária Prolacto – Lacticinios de S.Miguel, S.A. em que participa no respetivo capital social (100%) exercendo o controlo da sua gestão, a qual foi englobada pelo método da consolidação integral de acordo com a NCRF 15. O agrupamento Cereal Associados Portugal A.E.I.E. detido em 50% foi englobado pelo método de consolidação proporcional de acordo com a NCRF 13.

Para as sociedades englobadas na consolidação, procede-se à eliminação dos saldos e das transações significativas (com os correspondentes rendimentos e gastos) entre as empresas consolidantes (na respetiva proporção em que as mesmas são consolidadas).

As participações que não são objeto de consolidação pelo método integral, equivalência patrimonial ou consolidação proporcional, estão contabilizadas ao Custo.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Grupo.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Não existem outras contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível e pela aplicação do modelo do custo considerado no que se refere à mensuração dos terrenos. Os ativos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.3.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes:

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Com exceção do mencionado nos parágrafos seguintes, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Na data da transição para as NCRF, o Grupo decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado (quando aplicável) determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Na data de transição para as NCRF o custo considerado para a rubrica "terrenos", foi suportado por avaliações efetuadas a todas as instalações com exceção das instalações detidas para venda à data de relato (armazém da Pedrulha e armazém da Guia), bem como as instalações da fábrica e do centro de distribuição de Avanca (tendo em conta a antiguidade e o processo de reorganização de cadernetas prediais). Para os ativos totalmente depreciados em POC o custo considerado foi a nossa melhor estimativa, considerando as vidas úteis que o grupo Nestlé utiliza para a depreciação dos seus ativos.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica "Resultados transitados".

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. O Grupo deprecia os seus ativos de acordo com as vidas úteis do Grupo Nestlé (Nestlé Accounting Standards) que correspondem à melhor estimativa do Grupo.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

Classe de bens	Vida Útil
Edificios e outras construções	20 a 30
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	3 a 5
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangiveis	3 a 10

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

3.2.2. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo rendimento financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.3. Ativos intangíveis

O Grupo reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para o Grupo e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. Nas licenças de emissão de CO2 a vida útil estimada é de acordo com os consumos efetivos ocorridos durante o período.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

Classe de bens	Vida Útil
Programas de computador	3 a 5
Propriedade industrial	2 a 20
Outros activos intagiveis:	
- Licenças emissão CO2	de acordo com o consumo

3.2.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de " Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.5. Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas e Goodwill

A participação em empresas conjuntamente controladas é registada pelo método da equivalência patrimonial.

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Grupo nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Contudo, a amortização desse goodwill não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do período.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

O Goodwill é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

3.2.6. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual). O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários, a existirem, são registadas na rubrica da demonstração de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões) ".

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui, para além das matérias e mão-de-obra aplicados, os gastos gerais industriais. Em cada data de relato o Grupo verifica se o custo de produção é inferior ao valor realizável líquido.

O método de custeio das saídas de inventários adotado pelo Grupo é o custo médio.

3.2.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.
As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.
Os gastos/abatimentos e descontos em vendas ("TTS – Total Trade Spend") contratualizados nos acordos comerciais anuais e/ou pontuais celebrados com clientes são registados no período contratualizado e deduzidos às vendas desse período e, consequentemente, deduzidos às dívidas de clientes em balanço.

b) Caixa e depósitos bancários

A caixa e depósitos bancários englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.
Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.
Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.
As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

e) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem dividas ao Estado e outras contas a pagar são geralmente registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

f) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.
O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes financiamentos não difere substancialmente do valor nominal.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente, *comissões bancárias ou imposto do selo*, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

3.2.8. Contabilidade de Cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco cambial e risco de preço resultante da sua atividade operacional. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.
Os instrumentos financeiros derivados, que cumprem os critérios de contabilidade de cobertura, reconhecem-se inicialmente pelo seu justo valor, acrescidos, quando aplicável de todos os custos inerentes à sua transação e que são atribuídos diretamente à aquisição dos mesmos ou menos, se for o caso, aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à emissão dos mesmos.

No início da cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente as relações de cobertura, assim como o objetivo e a estratégia que assume em relação às mesmas. A contabilização das operações de cobertura, só se aplica quando se espera que a cobertura seja altamente eficaz desde o início da cobertura e nos períodos seguintes para conseguir compensar as alterações do justo valor ou os fluxos de caixa atribuíveis ao

risco coberto, durante o período para o qual se tenha a mesma (análise prospetiva) e a eficácia real, que pode ser determinada com fiabilidade, dentro de um intervalo de 80-125% (análise retrospetiva).

Para efeitos do seu registo e valorização, as operações de cobertura realizadas pelo Grupo no período de 2013 classificam-se como de cobertura de fluxos de caixa.

Além disso, a cobertura dos fluxos de caixa das operações previstas, o Grupo avalia se essas transações são altamente prováveis e se a exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados do período.

O Grupo possui instrumentos financeiros de cobertura, basicamente, contratos de futuros e opções para cobrir o risco de flutuações no preço de compra de algumas matérias-primas e contratos futuros que cobrem os riscos de flutuação de taxas de câmbio para outras moedas que não o euro onde opera. O Grupo avalia, no momento da contratação e periodicamente se os contratos devem ser reconhecidos como instrumentos financeiros derivados. Para este efeito, o Grupo tem um controle e registo separado dos contratos que satisfaçam as condições para não serem classificados como instrumentos financeiros derivados e aqueles que devem ser considerados como de negociação.

Estes derivados de cobertura de fluxos de caixa são avaliados a valor de mercado na data da contratação. As alterações subsequentes no valor de mercado na parte em que a cobertura é considerada eficaz são reconhecidos em Capital próprio "Outras reservas," não se reconhecendo como resultados até que os ganhos ou perdas das operações abrangidas sejam registadas em resultados, ou até a data de vencimento das operações. A parte da cobertura que se considere ineficaz, assim como ao componente específico do ganho ou perda ou fluxos de caixa relacionados com instrumentos de cobertura, excluídos da avaliação da eficácia da cobertura, são reconhecidas a partir do momento da alteração do valor justo dos instrumentos financeiros.
O Grupo interrompe a contabilidade de cobertura prospectivamente quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, terminado ou exercido, a cobertura deixa de cumprir as condições para a contabilidade de cobertura ou o Grupo revogar a designação. A substituição ou renovação sucessiva de um instrumento de cobertura por outro, não é um término ou rescisão, desde que faça parte da estratégia de cobertura documentada. Nestes casos, o valor acumulado em Capital próprio não é reconhecido no resultado até que a transação prevista ocorra. Não obstante os montantes acumulados em Capital próprio são reclassificados em resultados a partir do momento em que o Grupo não espera que a transação prevista se vá concretizar.

3.2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.
Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e,
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação; e,
- Possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.2.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede das Empresas incluídas na consolidação. O resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.
Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, o Grupo procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que o Grupo:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

O grupo de sociedades que compõe o Grupo Nestlé Portugal optou, por comunicação de 11 de Fevereiro de 2005 à Direcção-Geral dos Impostos, nos termos do n.º 7 do artigo n.º 63 do CIRC, pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), válida para cinco períodos, de 2005 até 2009, a qual se prorroga entretanto de forma automática.

3.2.11. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas. No período em relato não foram registadas operações cuja moeda não tenha sido o euro.

3.2.12. Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.2.13. Diferimentos/Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo / periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

3.2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

O Grupo constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:
- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios diretos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes da reestruturação, quer não associados com as atividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de retreinar ou deslocalizar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

3.2.15. Benefícios dos empregados

O Grupo reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

a) Planos de participação nos lucros e bónus

O Grupo reconhece o gasto esperado dos pagamentos de participação nos lucros e bónus quando, tem uma obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados, e pode fazer uma estimativa fiável da obrigação.

b) Planos pós-emprego de benefícios definidos

Os planos de benefícios pós-emprego (planos de pensões) existentes no Grupo correspondiam, até 31 de Dezembro de 2010, a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma. O plano de Pensões em

vigor, de que são beneficiários os trabalhadores ativos e reformados do Grupo Nestlé, teve início em 30 de Novembro de 1988, tendo o contrato constitutivo do fundo sofrido alterações posteriores.
O Grupo alterou (para os colaboradores ativos) o seu plano de benefício definido para um plano de contribuição definida à data de 1 de Janeiro de 2011.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.
O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha recta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.
O Grupo reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Para fazer face às responsabilidades com o plano de Pensões, a Empresa tem constituído um Fundo de Pensões em conjunto com as restantes empresas do Grupo, gerido por uma entidade externa e independente (BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.).

As responsabilidades pelos pagamentos acima referidos são calculadas com base em estudos atuariais, efetuados pela sociedade gestora atrás indicada, sendo aplicada a NCRF 28 – Benefícios dos empregados para a sua contabilização.

Os pressupostos atuariais de base à avaliação das responsabilidades do Grupo com complementos de reforma, reportados à data do Balanço, traduzem-se nas seguintes taxas reais de atualização:

- Uma rentabilidade real de longo prazo de 3,50%,
- Uma taxa de crescimento dos salários de 1,5 até à idade de reforma
- Uma taxa de crescimento das pensões de 1,25% em 2013 e nos anos seguintes

Estes pressupostos financeiros são considerados ajustados ao plano de benefícios em vigor e a um cenário que se prevê de equilíbrio e estabilidade no longo prazo.

3.2.16. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através de do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que o Grupo retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

3.2.17. Ativos e Passivos contingentes

O Grupo não reconhece ativos e passivos contingentes.
Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.
Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.
Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras consolidadas do período em que a alteração da probabilidade ocorra.
Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do período em que a alteração ocorra.
Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o Grupo divulga o respetivo passivo contingente.

3.2.18. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.
Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Grupo cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.
Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.
Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.
Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato ao Grupo sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.
Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

3.2.19. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

3.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.
As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados repor-

tados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Grupo, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras consolidadas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

3.3.1. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês seguinte à data da entrada em funcionamento do ativo. O Grupo faz uma revisão á vida útil ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

b) Ativos fixos intangíveis

O Grupo avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. O Grupo faz uma revisão à vida útil, ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

3.3.2. Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

3.3.3. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3.4. Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.
Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

3.3.5. Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.3.6. Estimativa de valores futuros a creditar a clientes no âmbito dos acordos comerciais

Os acordos comerciais ("TTS") cuja contratualização é efetuada percentualmente são reconhecidos na demonstração de resultados como menos venda no momento da faturação dessa venda. Os acordos cuja base contratualizada é por montante e não por percentagem ("Lump Sum") são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período do contrato embora ambos os acordos sejam deduzidos às dívidas de clientes a receber. Devido à incerteza do mercado e ao prolongamento / renegociação de alguns acordos, existe a necessidade de regista alguns acordos recorrendo a estimativas. Deste processo não são esperados ajustamentos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do ano seguinte.

3.3.7. Imparidade de inventários

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efetuada pelo Grupo do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efetuar a sua venda. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade de inventários face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.3.8. Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.
De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.
Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. A Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013.
O reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções do Grupo, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

3.3.9. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

Não foram identificadas pelo órgão de gestão situações que coloquem em causa a continuidade do mesmo.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas:

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2013 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2013 detalham-se no mapa seguinte:

	2013	2012
Numerário	40.436	43.644
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:		
Millennium BCP	54.251	426.550
Santander Totta	953.300	764.836
BPI	27.495	45.315
Citibank	13.061	84.456
Cash pooling c/ Nestlé Espanha	2.134.330	359.459
	3.222.874	1.724.261
Descobertos bancários:		
Santander Totta	-	(38.088)
Cash pooling c/ Nestlé Espanha	(73.112.950)	(64.965.955)
	(73.112.950)	(65.004.043)

A conta do Santander Totta funciona por Cash Pooling diário com a Nestlé Espanha, o seu saldo está diretamente relacionado com o *timing* dos movimentos de compensação para Clientes em Dezembro de 2013.

O valor de Cash Pooling reflete a nossa responsabilidade perante a Nestlé Espanha.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2013							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	15.199.600	76.947.972	121.411.278	1.956.247	27.517.646	41.093.035	1.969.776	286.095.554
Aquisições		700.313	7.896.485	12.422	973.331	3.755.682	1.082.338	14.420.570
Alienações		-	(6.045)	(3.787)	(188.851)	(236.024)		(434.708)
Transferências		215.148	364.468	18.575	344.225	364.960	(1.347.074)	(39.699)
Abates		(149.432)	(617.325)	(200.771)	(1.581.591)	(3.690.747)		(6.239.866)
Outras variações					(954)	(2.252)		(3.207)
Saldo final	15.199.600	77.714.000	129.048.860	1.782.686	27.063.805	41.284.654	1.705.039	293.798.644
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	10.126	53.711.120	88.025.904	1.945.726	24.520.684	28.146.992	-	196.360.552
Depreciações do período	-	2.359.347	3.627.035	6.839	1.298.343	3.865.277	-	11.156.841
Perdas por imparidade do período	-		1.372.464				-	1.372.464
Alienações	-		(4.400)	(3.787)	(176.504)	(209.517)	-	(394.208)
Abates	-	(103.257)	(617.325)	(200.771)	(1.539.337)	(3.543.881)	-	(6.004.571)
Outras variações	-				(80)	(307)	-	(387)
Saldo final	10.126	55.967.210	92.403.678	1.748.007	24.103.107	28.258.564	-	202.490.691
Activos líquidos	15.189.474	21.746.790	36.645.183	34.680	2.960.698	13.026.090	1.705.039	91.307.952

2012

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	15.199.600	75.971.248	113.378.666	2.023.615	36.103.950	56.177.036	3.486.007	302.340.122
Aquisições	-	761.045	7.285.597	10.586	524.355	4.812.862	1.738.389	15.132.834
Alienações	-	(7.840)	-	(43.990)	(23.865)	(236.583)	-	(312.278)
Transferências	-	281.806	1.851.950	(2.334)	346.790	580.780	(3.254.619)	(195.626)
Abates	-	(58.287)	(1.104.935)	(31.631)	(9.433.586)	(20.241.060)	-	(30.869.498)
Saldo final	15.199.600	76.947.972	121.411.278	1.956.247	27.517.646	41.093.035	1.969.776	286.095.553
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	10.126	51.291.276	85.312.162	2.023.217	32.875.674	45.698.965	-	217.211.420
Depreciações do período	-	2.471.681	3.813.692	441	1.095.618	2.879.632	-	10.261.064
Alienações	-	(3.267)	-	(43.990)	(22.472)	(225.679)	-	(295.407)
Transferências	-	-	(4.259)	(2.313)	182	13.731	-	7.341
Abates	-	(48.570)	(1.095.691)	(31.631)	(9.428.318)	(20.219.656)	-	(30.823.866)
Saldo final	10.126	53.711.120	88.025.904	1.945.726	24.520.684	28.146.992	-	196.360.552
Activos líquidos	15.189.474	23.236.852	33.385.374	10.522	2.996.962	12.946.043	1.969.776	89.735.001

Na rubrica transferências o saldo apresentado corresponde a máquinas de café inicialmente registadas como ativos fixos tangíveis e que depois foram reclassificadas como leasing financeiros (clientes, ver nota 8).

A 31 de Dezembro de 2013 os compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis ascendem a 1.705.039 euros (2012: 1.969.776 euros), apresentados na rubrica de Ativos fixos tangíveis em curso.

As aquisições do ano estão relacionadas com o investimento realizado na fábrica de Avanca, no total de 5.593.868 euros em equipamentos que visam aumentar e melhorar as linhas de produção desta unidade fabril. Nas fábricas da Lagoa e do Porto foram investidos respetivamente, cerca de 885.000 euros e 2.023.000 euros na sua modernização, e na área comercial foram investidos cerca de 3.436.649 euros em equipamentos para o negócio de R&G

Os abates incluem, maioritariamente equipamentos do negócio de R&G cuja vida útil já foi esgotada, sendo estes na sua maioria substituídos por equipamentos novos.

No decorrer do período de 2013, o valor dos gastos incorridos com estes ativos foi de 4.923.522 euros (2012: 5.002.277 euros), estando incluídos na rubrica "conservação e reparação" da demonstração dos resultados.

Durante o período foram capitalizados nesta rubrica investimentos de carácter ambiental que ascendem a 851.679 euros.

Decorrente do referido na nota 3.2.1 (custo considerado) a data de eficácia da revalorização dos terrenos é 1 de Janeiro de 2009, tendo estado envolvido um avaliador independente. O justo valor dos bens foi

determinado por referência a preços observáveis no mercado ativo ou em transações de mercado recentes numa base de não relacionamento entre as partes.
Desta forma o Grupo apresenta na rubrica de excedentes de reavaliação dos terrenos o montante de 9.277.066 euros (ver Nota 14).

A data de eficácia da revalorização dos ativos totalmente depreciados na data de transição é de 1 de Janeiro de 2009, não tendo estado envolvido um avaliador independente. O custo considerado foi determinado mediante as vidas úteis que o grupo Nestlé utiliza para a depreciação dos seus ativos, o qual consideramos ser a melhor estimativa do seu justo valor na data de transição.

Adicionalmente, os ativos fixos tangíveis incluem:

- Reavaliações efetuadas, antes da data de transição, ao abrigo de diplomas legais no montante líquido de 6.986.259 euros; e,

- O custo considerado dos ativos totalmente depreciados em POC, no montante de 6.939.817 euros líquido de depreciações.

Ambos estes montantes encontram-se registados em resultados transitados, sendo que o seu valor não está disponível para distribuição aos acionistas (ver nota 14).

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2013

	Trespasses Goodwill	Programas computador	Propriedade industrial	Outros Ativos intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	748.512	26.361.863	516.484	1.140.263	28.767.122
Aquisições	-	-	-	64.883	64.883
Abates	-	-	-	-	-
Saldo final	748.512	26.361.863	516.484	1.205.146	28.832.005
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	26.361.863	419.665	953.463	27.734.991
Amortizações do período	-	-	6.680	133.305	139.985
Saldo final	-	26.361.863	426.346	1.086.768	27.874.976
Ativos líquidos	748.512	-	90.138	118.378	957.029

2012

	Goodwill	Programas computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
Activos					
Saldo inicial	-	26.361.863	516.484	900.122	27.778.469
Aquisições	748.512	-	-	240.141	988.653
Saldo final	748.512	26.361.863	516.484	1.140.263	28.767.122
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	26.361.863	412.985	842.768	27.617.617
Amortizações do exercício	-	-	6.680	110.694	117.374
Saldo final	-	26.361.863	419.665	953.462	27.734.991
Activos líquidos	748.512	-	96.818	186.801	1.032.131

As amortizações do período, no montante de 139.985 euros (2012: 117.364 euros), foram registadas em Gastos de depreciação e de amortização.

Vidas úteis

A rubrica programas de computador tem uma vida útil definida de 3 anos. Na rubrica "outros ativos intangíveis" está registada a licença referente à emissão de CO2 que é depreciada de acordo com os consumos efetivos dessas emissões. A amortização deste ativo registado na rubrica em Gastos de depreciação e de amortização é acompanhado pelo respetivo rendimento registado em "Outros rendimentos e ganhos".

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os períodos findos em 31/12/2013 e em 31/12/2012 o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras", incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

2013		
	Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	101.412.502	101.412.502
Activos líquidos	101.412.502	101.412.502

2012		
	Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	101.412.502	101.412.502
Activos líquidos	101.412.502	101.412.502

O Grupo detém uma participação de 14,926% na sociedade Lactalis Nestlé Produits Frais S.A., sediada em França, registada ao custo. A esta participação financeira foram efetuados testes de imparidade que mostraram a capacidade da participada em recuperar o valor contabilístico no montante de 101.400.000 euros.

Em Agosto de 2013 o Grupo recebeu dividendos da sociedade Lactalis Nestlé Produits Frais S.A. no montante de 1.495.650 euros. Este montante encontra-se registado na rubrica de Outros rendimentos e ganhos (Ver nota 24).

8 ATIVOS FINANCEIROS

Meios Financeiros líquidos

Os meios financeiros líquidos encontram-se detalhados na nota 4.

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 as contas a receber do Grupo apresentavam a seguinte composição:

	2013			2012		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Clientes	1.395.369	-	1.395.369	1.718.309	-	1.718.309
	1.395.369	-	1.395.369	1.718.309	-	1.718.309
Correntes:						
Clientes	99.675.164	(11.819.281)	87.855.883	96.502.724	(12.077.776)	84.424.948
Adiantamentos a fornecedores	543.234	-	543.234	541.676		541.676
Outras contas a receber	1.193.246	(2.383)	1.190.862	1.829.793	(23.122)	1.806.671
	101.411.644	(11.821.664)	89.589.979	98.874.192	(12.100.897)	86.773.295
	102.807.013	(11.821.664)	90.985.348	100.592.502	(12.100.897)	88.491.605

As quantias registadas em "Clientes" (correntes e não correntes) estão deduzidas das estimativas de rappel, bónus e outros descontos comerciais a conceder aos clientes (TTS – "Total Trade Spend"), no âmbito dos acordos comerciais anuais e/ou pontuais celebrados com estes, no montante de 24.786.688 euros (2012: 17.453.947 euros).
A variação nesta rubrica está diretamente relacionada com o aumento da atividade, e com as dificuldades de cobrança em alguns clientes.

Os valores apresentados como não correntes referem-se aos valores a receber após 2014, de acordo com os contratos celebrados.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Transferências	Utilização	Reversões	Saldo Final
Clientes Gerais						
Clientes Tribunal	6.108.133	57.920	306.367	(289.482)	(109.278)	6.073.660
Clientes em Mora	5.969.643	839.295	(306.367)	(89.959)	(666.992)	5.745.621
	12.077.776	897.215		(379.441)	(776.270)	11.819.281
Outras contas a receber						
Outros devedores	23.122	-	-	-	(20.738)	2.383
	12.100.897	**897.215**	**-**	**(379.441)**	**(797.008)**	**11.821.664**

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Clientes c/c:	78.876.776	10.285.620	24.821	64.035	89.251.252
Clientes Tribunal	-	-	-	6.073.660	6.073.660
Clientes em Mora	-	1.158.751	95.915	4.490.955	5.745.621
	78.876.776	11.444.371	120.736	10.628.650	101.070.533

9 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 as rubricas do ativo corrente e não corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Não correntes:		
"Comparticipações publicitárias"	11.094.183	9.614.580
	11.094.183	**9.614.580**
Correntes		
"Comparticipações publicitárias"	6.436.077	7.467.403
Outros	674.548	771.858
	7.110.625	**8.239.262**
	18.204.808	17.853.842

Cerca de 98% desta rúbrica respeita ao diferimento das comparticipações publicitárias pré pagas aos clientes.

10 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2005, o Grupo passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade Nestlé Portugal, S.A..

A Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhado conforme se segue:

	2013	2012
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	6.674.498	5.966.000
	6.674.498	5.966.000
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(62.982)	1.009.710
	(62.982)	1.009.710
Gasto com impostos sobre o rendimento	6.611.516	6.975.710

A reconciliação do imposto corrente apresenta-se como segue:

	2013	2012
Resultado Antes de Impostos	19.008.332	27.883.554
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 25%	4.752.083	6.970.889
Diferenças permanentes:		
Impostos	10.941	(969.054)
Beneficios fiscais	(425.898)	(472.464)
Outros	(212.680)	(278.138)
Diferenças temporárias:		
Gastos diferidos para efeitos fiscais	(104.174)	(610.290)
Activos tangiveis	913.843	556.340
Imparidades e Provisões	139.151	(812.527)
Outros	46.167	(94.263)
	5.119.433	4.290.494
Derrama, Derrama estadual e Tributação autónoma	1.555.065	1.675.506
Imposto corrente do período	6.674.498	5.966.000

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2013	2012	2013	2012
Provisões não consideradas fiscalmente	246.980	95.400	-	-
Benefícios de reforma (Pensões)	971.907	1.395.284	-	-
Gastos diferidos fiscalmente	-	136.713	-	-
Instrumentos financeiros derivados	29.885	375.200	-	-
Diferenças entre a base tributável e o valor contabilístico de:				
Activos tangíveis	7.619	7.619	(1.806.350)	(2.075.432)
Participações financeiras	-	-	(23.980.624)	(23.980.624)
Outros passivos	153.564	303.305		-
Revalorizações de activos tangíveis anteriores a 2009	-	-	(189.944)	(238.436)
Revalorizações de activos tangíveis	-	-	(2.234.247)	(2.226.824)
Mais valias diferidas	-	-	(121.084)	(129.344)
Subsídios ao investimento	-	-	(59.221)	(76.593)
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Imparidades em clientes	492.371	492.371	-	-
Activos fixos tangíveis	238.687	45.875	-	-
	2.141.014	2.851.767	(28.391.469)	(28.727.253)

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 foi como se segue:

	2013		2012	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	2.851.767	(28.727.253)	4.193.607	(29.219.381)
Efeito em resultados:				
Provisões não consideradas fiscalmente	1.839	-	(606.992)	-
Benefícios de reforma (Pensões)	(194.951)	-	(275.903)	-
Gastos diferidos fiscalmente	(136.713)	-	(646.906)	-
Instrumentos financeiros derivados	(52.615)	-	92.415	-
Diferenças entre a base tributável e o valor contabilístico de:				
Ativos tangíveis	-	236.381	7.619	528.049
Participações financeiras	-	-		
Outros passivos	-	-		
Revalorizações de Ativos tangíveis	-	48.493	-	-
Mais Valias Diferidas	-	8.259	-	8.258
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:			-	
Imparidades em clientes	-	-	(104.528)	-
Ativos fixos tangíveis	192.813	-	(11.721)	-
	(189.627)	293.133	(1.546.016)	536.307
Efeito em reservas:				
Ganhos e perdas actuariais	(228.426)	-	(57.091)	-
Derivados	(292.700)	-	261.267	-
Subsídio ao investimento	-	17.373	-	(76.593)
Excedentes reavaliação	-	25.278	-	5.978
Revalorizações de activos tangíveis	-	-	-	26.436
	(521.126)	42.651	204.176	(44.179)
Saldo final	2.141.014	(28.391.469)	2.851.767	(28.727.253)

O saldo dos passivos por impostos diferidos já contempla o imposto diferido registado na data de transição para o SNC referente à revalorização livre efetuada na rubrica de ativos fixos tangíveis "terrenos", e ao custo considerado na data de transição de bens totalmente depreciados a essa data, nos montantes de 2.201.546 euros e de 1.839.051 euros (Ver Nota 14).

11 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

	2013			2012		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	16.525.678	(269.725)	16.255.953	18.322.872	(146.247)	18.176.626
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	5.358.442	-	5.358.442	4.884.075	-	4.884.075
Produtos acabados e intermédios	7.455.186	-	7.455.186	6.064.246	-	6.064.246
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	255.188	-	255.188	315.582	-	315.582
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-	-	-
	29.594.494	(269.725)	29.324.769	29.586.775	(146.247)	29.440.528

Perdas por imparidade

	2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	(146.247)	(162.444)		38.965	(269.725)
	(146.247)	(162.444)	-	38.965	(269.725)

	2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	(60.000)	(146.247)	60.000	-	(146.247)
	(60.000)	(146.247)	60.000	-	(146.247)

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhado conforme se segue:

	2013		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	18.328.742	4.884.075	23.212.817
Compras	148.538.719	102.084.289	250.623.008
Regularizações	(9.287.537)	(1.657.510)	(10.945.047)
Saldo final	(16.525.678)	(5.358.442)	(21.884.120)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumida	141.054.246	99.952.411	241.006.657

	2012		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	16.399.680	6.739.567	23.139.247
Compras	151.861.659	93.732.420	245.594.079
Regularizações	(8.790.129)	(1.137.704)	(9.927.833)
Saldo final	(18.328.742)	(4.884.075)	(23.212.817)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	141.142.467	94.450.209	235.592.676

A regularização de inventários diz principalmente respeito a ofertas efetuadas a clientes e mercadoria deteriorada.

A variação dos inventários da produção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhada conforme se segue:

	2013		
	Produtos acabados	Produtos trab. curso	Total
Saldo inicial	(6.064.246)	(315.582)	(6.379.828)
Regularizações	1.480.775	5.185	1.485.960
Saldo final	7.455.186	255.188	7.710.374
Variação dos inventários da produção	2.871.715	(55.209)	2.816.506

	2012		
	Produtos acabados	Produtos trab. curso	Total
Saldo inicial	(4.749.036)	(460.636)	(5.209.672)
Regularizações	1.027.094	180.488	1.207.582
Saldo final	6.064.246	315.582	6.379.828
Variação dos inventários da produção	2.342.303	35.434	2.377.737

A regularização de inventários diz principalmente respeito a ofertas efetuadas a clientes e a produtos deteriorados.

12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)				
Pagamentos por conta	-	(5.095.680)	6.700.022	-
Estimativa de imposto (Ver Nota 9)	-	6.674.498	(5.961.943)	4.057
Retenção na Fonte	-	-	2.714	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	946.424	-	884.695
Imposto sobre o valor acrescentado	291.316	11.838.062	611.285	9.268.253
Contribuições para a Segurança Social	-	1.111.495	-	1.173.567
Outros Impostos	-	89.855	-	99.670
	291.316	15.564.653	1.352.079	11.430.241

O item mais significativo registado nesta rubrica é o Imposto de Valor Acrescendo (IVA) no valor de 11.838.062 Euros. Este valor é referente ao IVA de Novembro e Dezembro pago, respetivamente em Janeiro e Fevereiro de 2014.

O saldo do ativo inclui o Imposto sobre valor acrescentado a recuperar do Estado. Esta situação deve-se ao facto do IVA das Vendas (Leite) ser inferior ao IVA que o Grupo suporta essencialmente ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos.

13 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 as rubricas de Ativos financeiros detidos para negociação e dos passivos financeiros detidos para negociação apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Derivados - Potencialmente favoráveis	52.259	-
Derivados - Potencialmente desfavoráveis	(872.746)	(1.295.368)
	(820.486)	(1.295.368)

Estes ativos e passivos estão relacionados com os mencionados na Nota 14 em "Outras Reservas".

14 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2013 o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 240.000 ações nominativas com o valor nominal de 125,00 Euros, cada.

CAPITAL

	2013	2012
Capital		
Valor nominal	30.000.000	30.000.000
Prémios / descontos	13.732.757	13.732.757
	43.732.757	43.732.757

TIPOS DE Ações

	Valor nominal	Nº de Ações
2013		
Ações nominativas	125	240.000
	125	240.000
2012		
Ações nominativas	125	240.000
	125	240.000

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.
Em 31 de Dezembro de 2013 a reserva legal ascendia a 6.000.000 euros.

Outras reservas

No decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reserva de cobertura	Reserva de conversão cambial	Outras	Total outras reservas
Quantia em 1-1-2012	(787.940)	748.382	12.234	(27.324)
CFH reserve -Commercial (NTC		(997.424)	-	(997.424)
CFH reserve -Commodity (Nestlé Espanha)	11.508	-	-	11.508
Imposto diferido Hedge reserve	-	-	261.267	261.267
Quantia em 31-12-2012	(776.432)	(249.042)	273.501	(751.972)
CFH reserve -Commercial (NTC	-	141.774	-	141.774
CFH reserve -Commodity (Nestlé UK)	962.753	-	-	962.753
Imposto diferido Hedge reserve	-	-	(292.700)	(292.700)
Quantia em 31-12-2013	186.322	(107.268)	(19.199)	59.855

Os valores apresentados acima correspondem às alterações do valor de mercado na parte em que a cobertura é considerada como eficaz dos instrumentos de cobertura do risco de flutuações no preço de compra de algumas matérias-primas ("Commodity") e dos instrumentos de cobertura dos riscos de flutuação de taxas de câmbio para outras moedas que não o euro ("Commercial").

Resultados transitados

A variação em 2013 dos resultados transitados diz respeito a:

- Incorporação do resultado líquido do período anterior no montante de 20.907.844 euros;
- Distribuição de dividendos de 20.040.000 euros;

A rubrica de resultados transitados inclui os montantes (líquidos de depreciação) de 6.986.259 euros e de 6.939.817 euros referentes a reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais não realizadas ao montante não realizado do custo considerado na data de transição para o SNC de bens totalmente depreciados a essa data. Estes montantes não se encontram disponíveis para distribuição aos acionistas.

Distribuições

Em 2013 foram atribuídos aos acionistas, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 9 de Dezembro de 2013, dividendos no montante de 20.040.000 euros *(83,50 € por ação)*. O seu pagamento ocorreu em Dezembro de 2013.

Excedentes de Revalorização (Terrenos)

O movimento do excedente de revalorização (rubrica "Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis") no período findo em 31/12/2013 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização	Imposto Diferido	Total
Saldo no início do período	9.277.066	(2.226.824)	7.050.242
Revalorizações do período	-	-	-
Depreciações e imparidades	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-
Outros movimentos	-	25.278	25.278
Saldo no final do período	9.277.066	(2.201.546)	7.075.521

O montante de 9.277.066 euros (antes de imposto diferido) do excedente de revalorização não se encontra disponível para distribuição.

Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	(3.028.935)	(3.415.838)
Ganhos e perdas actuariais	861.985	215.435
Imp diferido ganhos e perdas actuariais	(228.426)	(57.091)
Subsidio investimento	(65.557)	276.539
Imp diferido subsidio investimento	17.373	(76.593)
Licença de Co2:		
Atribuição	64.883	130.141
Utilização	(96.638)	(101.528)
Saldo final	(2.475.316)	(3.028.935)

Nesta rubrica encontra-se registado as perdas atuariais e o respetivo imposto diferido.

15 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhada conforme se segue:

	2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo final
Impostos	1.795.335	632	-	-	1.795.967
Processos judiciais em curso	991.624	34.525	(222.323)	(101.828)	701.999
Contratos onerosos	360.000	-	(79.911)	(280.089)	-
Reestruturações	29.838	932.000	(6.240)	(19.621)	935.977
Outras provisões	488.334	-	-	-	488.334
	3.665.131	967.157	(308.474)	(401.538)	3.922.276

	2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Redução	Utilizações	Saldo final
Impostos	1.795.335	-	-	-	1.795.335
Processos judiciais em curso	883.282	108.342	-	-	991.624
Contratos onerosos	490.388	360.000	(160.699)	(329.689)	360.000
Reestruturações	2.250.353	14.440	(150.000)	(2.084.956)	29.838
Outras provisões	-	488.334	-	-	488.334
	5.419.359	971.116	(310.699)	(2.414.645)	3.665.131

A provisão para Impostos refere-se à melhor estimativa da empresa sobre o possível dispêndio com os processos fiscais que se encontram em Tribunal.

A provisão para Processos Judiciais regista a nossa melhor estimativa relativas a obrigações presentes referentes a processos judiciais em curso.

À data de 31 de Dezembro de 2013 e de 31 de Dezembro de 2012 não existem passivos nem ativos contingentes.

16 RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Fundo de Pensões do Grupo Nestlé é desde o dia 1 de Janeiro de 2011 um fundo misto, sendo composto, por uma componente de Contribuição Definida (para os colaboradores ativos da empresa) e outra de Benefício Definido (para os beneficiários do fundo à data de 31 de Dezembro de 2010).

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 foram utilizados os seguintes pressupostos que originaram os resultados apresentados:

PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS (em percentagem)

	2013	2012
Taxa de desconto	3,50%	3,50%
Retorno esperado dos activos do plano	4,50%	5,50%
Taxa esperada de crescimento dos salários:		
> 55 anos	1,50%	1,50%
< 55 anos	1,50%	2,40%

RESULTADOS

	2013	2012
Custo dos serviços correntes	1.960.579	2.039.111
Contribuições empregados	(356.054)	(333.408)
Custo de juros	1.152.576	1.758.786
Retorno esperado dos activos do plano	(1.190.270)	(1.758.786)
Gastos financeiros	58.604	-
Total de gastos	1.625.435	1.705.703

A responsabilidade do fundo bem como a composição dos ativos do plano apresentam a seguinte composição:

RESPONSABILIDADE

	2013	2012
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	(37.519.932)	(37.104.660)
Justo valor dos ativos do fundo	35.511.069	34.449.982
	(2.008.863)	(2.654.678)
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo		
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - pré-reforma	(1.722.834)	(2.610.543)
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos	(3.731.697)	(5.265.221)

MOVIMENTOS RESPONSABILIDADE

	2013	2012
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	37.104.660	35.039.218
Custo dos serviços correntes	1.960.579	2.039.111
Custo de juros	1.269.783	1.758.786
(Ganhos)/perdas actuariais	(1.164.809)	361.560
Benefícios pagos	(1.650.281)	(2.094.015)
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	37.519.932	37.104.660

MOVIMENTOS ATIVOS DO FUNDO

	2013	2012
Saldo inicial - justo valor dos ativos do fundo	34.449.982	31.977.923
Contribuição dos empregados	356.054	333.408
Retorno esperado dos ativos	1.190.270	1.758.786
Ganhos/(perdas) actuariais	(439.481)	576.911
Contribuições para o fundo	1.604.525	1.896.970
Benefícios pagos	(1.650.281)	(2.094.015)
Saldo final - justo valor dos ativos do fundo	35.511.069	34.449.982

ATIVOS DO FUNDO (em percentagem)

	Taxa de retorno esperada		Justo valor	
	2013	2012	2013	2012
Instrumentos de capital próprio (Acções)	8,00%	8,00%	23,56%	15,48%
Instrumentos de dívida	5,00%	5,00%	-5,45%	5,47%
Imóveis	5,50%	5,50%	3,48%	21,05%

A Responsabilidade apresentada de 37.519.932 euros inclui o montante de 18.668.996 euros referente ao plano de contribuição definida, para o qual foram efetuadas durante 2013 as seguintes contribuições:

CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

	Contribuição
Colaboradores	356.591
Comparticipação empresa	1.617.130
	1.973.721

A provisão para benefícios de Pré-reforma, inclui a estimativa para os montantes a liquidar a colaboradores, com os quais foram celebrados acordos de pré-reforma, entre a data da celebração do acordo / data da cessação de funções e a data de inclusão do trabalhador como beneficiário do benefício de reforma ("Fundo de Pensões").

17 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica "outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Não Correntes		
Outras contas a pagar	27.550	637.183
	27.550	637.183
Correntes		
Outras contas a pagar	22.930.934	23.586.576
	22.930.934	23.586.576
	22.958.484	24.223.758

Na rubrica de outras contas a pagar encontram-se registados os encargos referentes a gastos com pessoal (nomeadamente com férias e subsidio de férias e bónus, bem como, o encargo com a respetiva segurança social), no valor total de 10.411.604 euros, assim como os acréscimos de gastos com publicidade referentes ao período de 2013 no montante de, aproximadamente, 2.885.874 euros. Estão também registados 615.582 euros referentes a energia, serviços de consultadoria e transporte e ainda 1.859.499 euros referentes a royalties.

18 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	52.593.548	48.608.669
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	11.346.328	13.262.050
	63.939.876	61.870.719

A diminuição nesta rubrica deve-se à diminuição de compras (inventários, ver nota 11), bem como à redução da rubrica de FSE (ver nota 22).

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 são detalhados conforme se segue:

		2013			2012		
			Montante utilizado			Montante utilizado	
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
	Santander Totta	-	-	-		38.088	-
		-	-	-	-	38.088	-
Outros empréstimos obtidos:							
Cash Pooling	Nestlé Espanha	-	73.112.950	-	-	64.965.955	-
		-	73.112.950	-	-	64.965.955	-
		-	73.112.950	-	-	65.004.043	-

A Partir de Outubro de 2010 a Nestlé Portugal, juntamente com todas as demais Sociedades do grupo Nestlé em Portugal, adotou o sistema Cash Pooling. Desta forma a sociedade apresenta um saldo credor para com a empresa mãe (Nestlé Espanha) referente aos saldos bancários diariamente transferidos para a conta da Nestlé Espanha no montante acima mencionado.

O cash-pooling vence juros à taxa de juro Euribor (a 1 mês), acrescida de um spread de 0,25%, sendo que não existe maturidade definida.

19 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Rendimentos a reconhecer	9.267	763.069
	9.267	763.069

A variação desta rubrica, no valor de 713.000 Euros, deve-se ao reconhecimento em rendimentos do ano o valor referente ao Projeto Goliath uma vez que este entrou em imparidade.

20 RÉDITO

O rédito reconhecido pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhado conforme se segue:

	2013	2012
Venda de bens	447.112.826	444.094.802
Prestação de serviços	9.810.285	6.124.757
	456.923.111	450.219.560

As vendas são apresentadas líquidas de todos os descontos/pagamentos a clientes, reduções de preço ao consumidor. Este conceito é internamente designado como NNS ("net net Sales"). Alguns exemplos de descontos abrangidos por este conceito são: taxas de não devolução, taxas de centralização, descontos em cupões e comissões a agentes.

As vendas de bens cresceram cerca de 0,68%, devido à melhoria sentida na conjuntura económica de Portugal.

21 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O rédito relativo a subsídios à exploração reconhecido pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhado conforme se segue:

	2013				
Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração:	50.000	-	50.000	50.000	50.000
	50.000	-	50.000	50.000	50.000

	2012				
Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração:	104.801	-	104.801	104.801	104.801
	104.801	-	104.801	104.801	104.801

O subsídio foi atribuído pela Região Autónoma dos Açores, referente ao transporte de leite em 2013., irá ser recebido em 2014 e não será reembolsável.

22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhada conforme se segue:

	2013	2012
Subcontratos	1.348.260	959.714
Serviços especializados -Trabalhos especializados	13.735.286	14.170.854
Serviços especializados -Publicidade e propaganda	36.454.574	35.429.181
Serviços especializados - Vigilância e segurança	695.053	674.424
Serviços especializados - Honorários	260.745	211.124
Serviços especializados - Comissões	139.083	228.857
Serviços especializados - Conservação e reparação	5.967.675	6.118.436
Serviços especializados - Outros	519.409	477.615
Materiais - Ferr. e utensílios de desg. rápido	439.249	393.290
Materiais - Livros e documentação técnica	42.398	49.575
Materiais - Material de escritório	232.015	232.478
Materiais - Artigos para oferta	15.192	12.494
Materiais - Limpeza, higiene e conforto	106.439	123.704
Materiais - Laboratório	115.694	61.161
Materiais - Outros	296.633	362.999
Energia e fluidos - Electricidade	2.206.205	2.119.202
Energia e fluidos - Combustiveis	1.657.464	1.726.286
Energia e fluidos - Água	355.776	304.726
Energia e fluidos - Outros	3.508.773	3.316.191
Deslocações e estadas	2.193.104	2.121.072
Transportes de pessoal	8.298	4.116
Transportes de mercadorias	10.163.385	9.211.851
Serviços diversos - Rendas e alugueres	7.176.566	7.081.592
Serviços diversos - Comunicação	1.171.548	1.251.929
Serviços diversos - Seguros	737.110	732.030
Serviços diversos - Royalties	20.590.175	19.734.340
Serviços diversos - Contencioso e notariado	80	85
Serviços diversos - Despesas de representação	249.404	241.421
Serviços diversos - Limpeza, higiene e conforto	737.446	762.667
Serviços diversos - Outros	6.852.505	5.847.430
	117.975.547	113.960.845

Os gastos com fornecimentos e serviços externos aumentaram cerca de 4% de 2012 para 2013 essencialmente pelo aumento dos gastos com publicidade e propaganda, subcontratos, transporte de mercadorias e royalties.

Os gastos com publicidade e propaganda incluem despesas com "media" aproximadamente 5.600.000 euros, amostras e demonstrações efetuadas com clientes 7.500.000 euros, atividades no ponto de venda 9.200.000 euros, patrocínios 1.400.000 euros, bem com publicidade do negócio Nespresso no montante de 4.800.000 euros e o aumento desta rubrica está diretamente relacionada com o crescimento da atividade da empresa.

A rubrica de Royalties inclui, na sua maioria, os valores que são pagos à Sociéte de Produits Nestlé.

O aumento verificado nos transportes de mercadoria deveu-se ao aumento da atividade da empresa.

23 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhada conforme se segue:

	2013	2012
Remunerações dos orgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	45.153.658	44.070.845
Benefícios pós-emprego	1.627.620	1.705.703
Outros Beneficios	(53.427)	-
Indemnizações	1.867	507
Encargos sobre remunerações	9.968.972	10.189.038
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	337.084	330.338
Gastos de acção social	3.022.368	2.950.204
Outros	5.212.854	9.022.344
	65.270.995	68.268.979

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa, no período, foi de 1688 (2011: 1646).

24 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é conforme se segue:

	2013	2012
Rendimentos suplementares:		
Serviços Sociais: Reemb. Seg. Saúde	-	7.648
Serviços Sociais: Reemb. Refeitório	7.780	5.388
Outros rendimentos suplementares	5.174.753	6.150.490
Descontos de pronto pagamento obtidos	1	42
Dividendos recebidos de subsidiárias (Nota 8)	1.495.650	747.825
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	575.189	742.160
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	974	1.100
Outros	1.393.414	6.250.964
	8.647.762	13.905.616

A variação desta rubrica deve-se ao facto de em 2012 termos registado rendimentos com restituição de impostos, no montante de 5.626.806 euros e em 2013 esse montante foi de 421.904 euros.

A variação da rubrica de gastos e perdas em investimentos não financeiros refere-se à menos valia obtida na venda de ativos tangíveis.

25 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é conforme se segue:

	2013	2012
Impostos	549.407	594.233
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	288
Dívidas incobráveis	-	130
Perdas em inventários	1.394.043	1.884.637
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	226.292	38.986
Outros	9.727.949	5.372.142
	11.897.692	7.890.415

Na rubrica outros encontram-se registados gastos com donativos, quotizações, insuficiência de estimativa para impostos e gastos com ofertas e amostras de inventários, nos montantes de 132.564 euros, 115.002 euros, 724.452 euros e 2.916.499 euros referentes a 2013.

26 DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é conforme se segue:

	2013	2012
Activos fixos tangíveis	11.156.841	10.261.064
Intangíveis	139.985	117.374
	11.296.827	10.378.439

27 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 são detalhados conforme se segue:

	2013	2012
Juros suportados		
Financiamentos bancários	282.899	425.069
Outros financiamentos	59.822	12.387
	342.722	437.456
Outros gastos de financiamento	100.792	168.345
	443.513	605.801

A diminuição desta rubrica está diretamente relacionada com o aumento do saldo credor de Cash Pooling.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 são detalhados conforme se segue:

	2013	2012
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	24.412	31.350
Outros	-	1.643
	24.412	32.993

28 LOCAÇÕES

Locações operacionais

Em 31/12/2013 e 31/12/2012 o Grupo é locatário em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias bem como empilhadores, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31/12/2013 e 31/12/2012 são detalhados conforme se segue:

	Valor presente dos pagamentos minimos	
	2013	2012
Até 1 ano	1.797.073	1.647.873
Entre 1 ano e 5 anos	1.907.824	3.376.963
	3.704.897	5.024.836

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos períodos findos em 31/12/2013 e 31/12/2012 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2013	2012
Pagamentos mínimos	3.456.759	3.407.211
	3.456.759	3.407.211

Locações financeiras

O valor presente dos pagamentos mínimos de locação são detalhados conforme se segue:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	
	2013	2012
Até 1 ano	823.984	763.555
Entre 1 ano e 5 anos	1.350.906	1.718.089
A mais de 5 anos	-	-
	2.174.890	2.481.644

29 PARTES RELACIONADAS

O Grupo é detido em 100 % pela Nestlé Espanha, S.A.com sede em Barcelona.

No decurso dos períodos findos em 31/12/2013 e 31/12/2012 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Ano 2013:

	Compras de inventários	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Juros obtidos	Royalties pagos
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	40.412.342	4.313.792	272.952	37.207.357	3.369.479	-	-
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	22.098.067	-	-	13.438.043	6.310.808	-	-
Outras partes relacionadas	112.137.821	7.789.356	-	34.159.331	1.442.938	-	21.990.808
	174.648.231	12.103.148	272.952	84.804.731	11.123.226		21.990.808

Ano 2012:

	Compras de inventários	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Juros obtidos	Royalties pagos
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	36.330.159	4.572.432	357.015	31.774.507	2.830.791	1.217	-
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	20.487.215	-	-	12.399.300	6.007.034	-	-
Outras partes relacionadas	114.215.093	8.676.636	-	31.059.209	1.213.909	-	19.729.311
	171.032.467	13.249.068	357.015	75.233.016	10.051.733	1.217	19.729.311

Em 31/12/2013 e 31/12/2012 o Grupo apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Ano 2013:

	Contas a receber correntes	Financiamentos a receber cash pooling	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Financiamento a pagar cash pooling	Total contas a pagar
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	5.739.796	2.134.330	7.874.126	6.113.043	73.112.950	79.225.993
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	1.396.761	-	1.396.761	1.655.482	-	1.655.482
Outras partes relacionadas	7.789.708	-	7.789.708	11.317.070	-	11.317.070
	14.926.265	2.134.330	17.060.595	19.085.595	73.112.950	92.198.545

Ano 2012:

	Contas a receber correntes	Financiamentos a receber cash pooling	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Financiamento a pagar cash pooling	Total contas a pagar
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	5.372.260	359.459	5.731.719	3.991.029	64.965.955	68.956.984
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	1.087.320	-	1.087.320	1.561.917	-	1.561.917
Outras partes relacionadas	9.345.216	-	9.345.216	14.230.888	-	14.230.888
	15.804.796	359.459	16.164.255	19.783.834	64.965.955	84.749.789

30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários faturados no período findo em 31/12/2013 pelo Revisor Oficial de Contas, referentes à Revisão Legal das Contas, ascenderam a 89.900 euros.

31 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão a 14 de Abril de 2014.

Não foram recebidas informações após a data do balanço que alterassem as condições à data do balanço.

Técnico Oficial de Contas
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Dereux
Jacques Alexandre Reber
Gian Paolo Chiaia
Harold Vincent Christophe Humbert
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Silvia Escudé Blasi